

## **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL : DA ANISTIA AMBÍGUA AO DIREITO À VERDADE**

Tharsila Helena Paladini Augusto<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Rafael Lopes de  
Sousa

A presente dissertação tem por objeto uma análise interdisciplinar do conceito justiça de transição. Surgida nas fronteiras do direito com a ciência política, a partir da década de 1990 do século XX, essa demanda tem mobilizado a agenda da discussão sociopolítica dos países que sofreram violações dos direitos humanos. Para compreender como essas violações interferiram e interferem na formação e desenvolvimento das sociedades, esse trabalho apresenta uma breve análise da conjuntura autoritária que dominou o cenário político na América Latina no contexto da Guerra Fria. Em seguida discuti o papel e a participação da mídia no apoio logístico oferecido aos desmandos dos regimes autoritários que, em nome do bem comum, atropelaram a lei para governar apoiados por Atos Institucionais. Após um exame acurado dos acontecimentos que marcaram a segunda metade do século XX, fazemos a discussão dos avanços e limites que a pauta justiça de transição legou para a sociedade brasileira e que novas perspectivas de discussão e entendimento de justiça foram abertas pela criação da Comissão da Verdade. Discutimos finalmente a ambiguidade da Lei de Anistia perpetuada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 153 e analisamos a pertinência de isentar de punições os agentes de Estado que cometeram verdadeiras atrocidades durante o regime civil-militar. Ao situar em um mesmo patamar as vítimas e os algozes a ADPF fez tabula rasa da discussão e concluiu que a fixação da indenização concernente aos danos sofridos pelos perseguidos políticos abarca somente os prejuízos patrimoniais, sendo omissos quanto às lesões aos danos morais, deixando em suspeição os encaminhamentos oferecidos pela Justiça de Transição no Brasil.

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade, Espaço e Memória pelo Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA.

Palavras-chave: Regime Militar. Justiça de Transição. Anistia. Constituição. Direitos Humanos.